



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002117-10.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**
 Requerente: **ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETARIOS DOS PROPRIETÁRIOS EM RESIDENCIAL MARIALICE**
 Requerido: **CATIA VIEIRA DA SILVA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS

ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DO RESIDENCIAL MARIALICE ajuizou a presente **Ação de Cobrança** em face de **CATIA VIEIRA DA SILVA**, todos devidamente qualificados, aduzindo que é dele credora pela importância de R\$ 2.085,86, referente as contribuições mensais e extraordinárias. Tendo restado infrutíferas as tentativas de solucionar a pendenga, ingressou com a presente ação.

A inicial veio instruída com documentos.

Citada, a requerida não compareceu à audiência inaugural e também não apresentou defesa (fls. 62), ficando reconhecida em estado de contumácia.

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 330, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

1002117-10.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319 do CPC).

Com o silêncio a requerida confessou que é proprietária do imóvel e, assim, responsável pelo débito consignado na exordial que diz respeito a despesas de administração, conservação e limpeza do “condomínio”.

Sua negativa de pagar tal montante, sem dúvida constitui enriquecimento ilícito, pois é beneficiada com os serviços colocados à sua disposição.

Assim, é evidente que ostentando o sobredito “status” deve participar do rateio das despesas e pagar à autora o valor do débito (R\$ 2.085,86), mais as despesas vincendas no curso da lide.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial para o fim de **CONDENAR** a requerida, **CATIA VIEIRA DA SILVA**, a pagar a autora, **ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS DO RESIDENCIAL MARIALICE**, R\$ 2.085,86 (dois mil e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), com correção a contar do ajuizamento e juros de mora, à taxa legal, a contar da citação. Deve, ainda, pagar as contribuições mensais que se venceram no curso da lide, nos termos do art. 290, do CC.

A requerida suportará, ainda, as custas finais do processo e honorários advocatícios que fixo em 20% do valor da condenação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Consigno, desde já, que o **prazo de quinze (15)** dias, previstos no **art. 475-J do Código de Processo Civil** (com a redação dada pela Lei nº 11.232 de 22 de dezembro de 2005), começará a **fluir a partir do trânsito em julgado** desta decisão, **independentemente de intimação**, incidindo a multa de 10% sobre a condenação, caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação.

P.R.I.

São Carlos, 20 de maio de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**